

# 1 em cada 3 cidades sofreu desastre natural, diz IBGE

Estudo aponta 2.276 municípios afetados por inundações, enxurradas e/ou deslizamentos de 2008 a 2012; 1,5 milhão ficou fora de casa

Wilson Tosta | RIO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que 40,9% dos municípios brasileiros sofreram de 2008 a 2012 pelo menos um desastre natural. Foram 2.276 cidades atingidas por inundações graduais, enxurradas bruscas e/ou deslizamentos de encostas. O Perfil dos Municípios Brasileiros 2013 (Munic 2013), lançado ontem, mostra que enchentes graduais deixaram 1.406.713 pessoas desabrigadas (definitivamente sem casa) ou desalojadas (temporariamente sem moradia).

“As características físicas dos municípios, como clima e padrão de distribuição das chuvas (...), são algumas das condições que, aliadas aos padrões de ocupação e ao planejamento territorial, interferem nos resultados das respostas (...)”, diz a pesquisadora. “Outros fatores determinantes são a interferência direta na permeabilidade da água no solo, tais como as grandes áreas com ruas asfaltadas e superfícies cimentadas, ou impedimentos ao escoamento superficial da água, como sistemas de drenagem deficientes.”

As inundações bruscas – como a que arrasou a Região Serrana do Rio em dois dias, em janeiro de 2011 – foram o tipo de desastre que mais aconteceu no País. Ao todo, 1.574 municípios registraram 13.244 ocorrências. Causaram 777.546 desabrigados e desalojados. Depois, ficaram as enchentes graduais em 1.543 municípios, com 8.942 casos. Foram seguidas dos municípios atingidos por deslizamentos de encostas (895). Essas resultaram em 303.652 cidadãos sem casa, por algum tempo ou de forma definitiva. O IBGE adverte não ser possível somar os números de vítimas dos três tipos de evento. Em algumas cida-

## Só 12,1% dos municípios têm prefeit

Só 12,11% (675) dos municípios tinham prefeit em 2013, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessas cidades, 493 (73%) não tinham em 2013 nenhum órgão público dedicado a políticas de



Naira. Ela 'nadou' com ratos mortos em chuva de janeiro

## Quase metade não tem nenhum tipo de prevenção

● Quase metade das 5.570 cidades não tinha no ano passado nenhum instrumento para prevenir e enfrentar desastres naturais. A pesquisa Munic 2013 mostra que eram 2.678 (48%) os municípios nessa situação. Aponta ainda 2.892 (51,9%) prefeituras com pelo menos um mecanismo de defesa, de uma lista de 12.

O item mais presente era o Plano de Saneamento Básico, seguido pela limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (30%) e esgotamento sanitário (27%). A prevenção de enchentes estava presente em 17,2% das cidades.

A Munic 2013 encontrou ainda 14,8% de prefeituras com Lei de

des, aconteceu mais de uma tragédia atingindo as mesmas pessoas. Em 469 municípios, as três se sobrepuseram.

**Vítimas.** O cheiro de mofo e as marcas de água na parede da casa de Naira Cristina da Rocha,

Ocupação do Solo sobre prevenção de inundações e somente 2,6% com lei específica antienchente. A prevenção de deslizamentos foi objeto de Plano Diretor em 7,7% das municipalidades e de Lei de Uso e Ocupação do Solo em 7,3%. “É no mínimo estranho que, se um município sofre repetidamente com desastres naturais, não tenha nenhum instrumento de política pública para enfrentá-los”, disse a gerente do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, Vânia Maria Pacheco.

A pesquisa aponta que em 33% (1.840) dos municípios havia pelo menos uma medida ou instrumento de gerenciamento de risco de desastres ligados a inundações graduais ou enxurradas. Em 21,1% (1.175), havia pelo menos uma ação contra escorregamento ou deslizamento. /W.T.

de 43 anos, por exemplo, são os rastros do pesadelo que ela e as duas filhas viveram depois das chuvas do fim de janeiro. O córrego na frente da pequena casa na Rua Tuffi Matar, em Americana, zona sul de São Paulo, transbordou e levou quase tudo

que elas tinham. A família ficou desalojada e teve de passar 20 dias na casa de um vizinho. “Foi um desespero. O quintal parecia piscina. Tivemos de nadar com ratos mortos para tentar recuperar algo”, disse Naira.

Apesar das inundações serem frequentes na região, Naira descreve a de janeiro deste ano como a pior que já viu na rua. Algumas casas para baixo, Maria José da Silva, de 77 anos, vive sozinha. De cadeira de rodas há oito anos, por causa de uma trombose, a idosa precisa da ajuda de vizinhos quando começa a chover forte. “Quando vejo que a água está entrando vou sozinha até o quarto que é um pouco mais alto. Eu grito para que venham me ajudar e me colocam em cima da cama.”

O trabalho do IBGE toma por base informações prestadas pelas prefeituras. De março a agosto de 2013, pesquisadores do instituto perguntaram a cada prefeito se, no período de 2008 a 2012, a cidade que governa registrou um dos três tipos de desastre investigados. Também indagaram em qual ano os eventos naturais examinados provocaram maior impacto – medido pelo número de edificações atingidas. Descobriram que 2009 foi o ano de maior impacto das inundações graduais, e 2011, das enxurradas bruscas.

O Estado com maior número de deslizamentos foi Minas, com 225 casos, seguido de São Paulo, com 121, Santa Catarina, com 118, Rio, com 70, e Espírito Santo, com 48. A Munic 2013 constatou ainda que, de 2008 a 2012, 1.113 municípios brasileiros (20%) apresentaram processos erosivos. Trata-se de um dos fatores que ajudam a provocar inundações. Em 868 municípios, os dois fenômenos ocorreram juntos.

**Tratamento específico.** A pesquisa Munic ainda constatou que 90% das cidades tinham, em 2013, algum órgão municipal para tratar da área ambiental. Em 2002, esse percentual era de 67,8% e, em 2009, de 84,5%. Só três Estados tinham em 2013 estruturas ambientais municipais em todas as suas cidades: Acre (22), Amapá (16) e Espírito Santo (78).

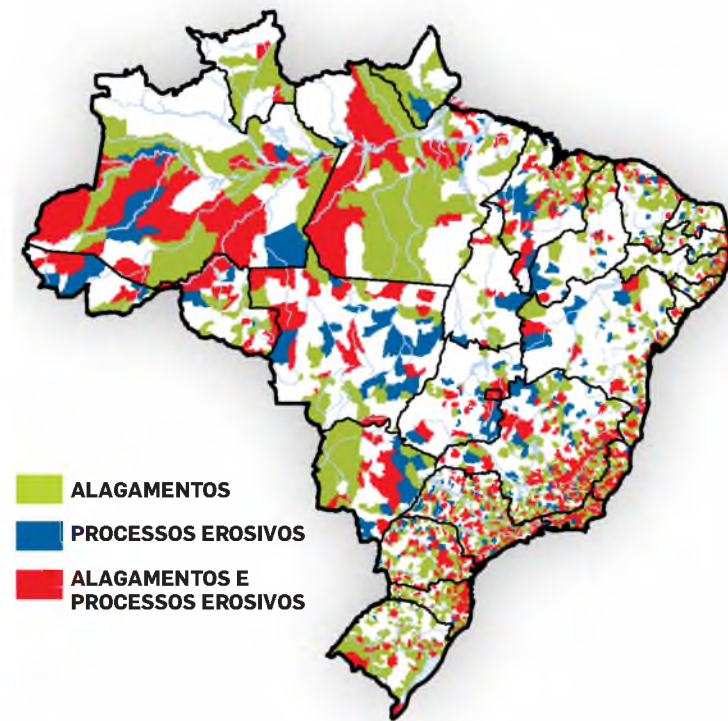
A pesquisa também diz que, em 2013, 21,5% dos municípios já elaboravam a Agenda 21. Trata-se de um programa de ação voltado para o desenvolvimento sustentável com políticas públicas. Houve crescimento em relação a 2009 (19,9%) e 2012 (18,1%), mas recuo em contraste com o ano de 2002 (29,7%). /

COLABOROU LAURA MAIA DE CASTRO

## ÁREAS DE RISCO

● Embora desastres ocorram em todo o País, maioria dos municípios não tem instrumentos para lidar com eles

### Alagamentos e processo erosivo



■ ALAGAMENTOS  
■ PROCESSOS EROSIVOS  
■ ALAGAMENTOS E PROCESSOS EROSIVOS

### Municípios com ações e/ou instrumentos de gerenciamento de riscos

	DESASTRES DECORRENTES DE ENCHENTES OU INUNDAÇÕES GRADUAIS, OU ENXURRADAS OU INUNDAÇÕES BRUSCAS	DESASTRES DECORRENTES DE ESCORREGAMENTOS OU DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS
Com pelo menos um instrumento	33%	21,1%
Mapeamentos de áreas de risco	19,4%	13,1%
Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco	15,9%	10,7%
Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres	11,9%	8,3%
Plano de Contingência	14,1%	7,5%
Projetos de engenharia relacionados ao evento	5,8%	4,2%
Sistema de alerta antecipado de desastres	4,3%	2,8%
Cadastro de risco	9,8%	6,6%
Nenhum dos itens	66,9%	78,9%

FONTE: IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

mulheres. É um pouco pior que o percentual nacional: 4.037 (72,5%) das 5.570 cidades do País não tinham secretaria ou ao menos um setor subordinado a uma pasta que lide com o tema.

A maioria das cidades luta contra falta de verba. É o caso de São Bento do Una (PE), com 53 mil habitantes. Sem estrutura para uma secretaria, a prefeita Débora Almeida (PSB) decidiu criar uma coordenadoria da mulher. Ela aguarda uma melho-

ria nas finanças para contratar a coordenadora e duas técnicas.

Assim que assumiu a prefeitura de Amargosa (BA), Karina Silva (PSB) criou uma Coordenação de Políticas para Mulheres, que, porém, permanece vaga. A secretária de Ação Social, Flávia Karina, é responsável pelas atividades voltadas para o público feminino na cidade de 35 mil habitantes. “Sempre que definimos os critérios de uma linha de ação pensamos inicialmente

na mulher, que, não raro, é a chefe da família e a provedora.”

A prefeita de Ribeirão das Neves (MG), Daniela Corrêa Nogueira Cunha (PT), também su-



### NA WEB

**Portal.** Veja mais dados do IBGE sobre mulheres

[estadão.com.br/e/ibgemulher](http://estadão.com.br/e/ibgemulher)

pre a ausência de uma pasta específica com ações da Secretaria de Assistência Social. A prefeita vê a necessidade de órgãos voltados para as mulheres, mas esbarra no orçamento.

Em vez de criar pastas, a prefeita de Bilac (SP), Sueli Orsatti Saghabi (PTB), resolveu dar mais espaço ao sexo feminino na administração do município de 7,2 mil moradores. Das cinco diretorias administrativas, três são dirigidas por mulhe-

res: Educação, Saúde e Assistência Social.

Com 20 mil moradores, Nova Santa Rita (RS) vai mudar de condição no dia 16, quando a Coordenadoria da Mulher começa a funcionar. “A intenção é ampliar o acesso das mulheres às políticas públicas”, diz a prefeita Margarete Simon Ferretti (PT). / ALEX CAPELLA, CHICO SIQUEIRA e HELIANA FRAZÃO, ESPECIAIS PARA O ESTADO, ANGELA LACERDA, ELDER OGLIARI e W.T.